

1 **ATA DA 7ª REUNIÃO PLENÁRIA DO CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA – 10ª**
2 **REGIÃO – MG, REALIZADA EM 14/07/2020.**

3 **7ª SESSÃO ORDINÁRIA**

4 No 14º (décimo quarto dia) do mês de julho de 2020, realizou-se à distância a **7ª Sessão**
5 **Ordinária** do Conselho Regional de Economia – 10ª Região – MG, com a presença remota dos
6 conselheiros e economistas: Tania Cristina Teixeira, Gustavo Aguiar Pinto, Lourival Batista de
7 Oliveira Júnior, Paulo Roberto Paixão Bretas, Adriano Miglio Porto, João Vitor Leite Rodrigues,
8 Felipe Paschoal de Moura, Antônio de Pádua Ubirajara e Silva. Abertura dos trabalhos: às 18
9 horas, em primeira convocação, deu-se início à reunião. Com a palavra, a presidenta Tania
10 Cristina Teixeira convidou para assessorar a plenária o gerente executivo Marco Aurélio Loureiro.
11 Inicialmente, a presidenta Tania Cristina Teixeira anunciou a presença da vice-presidenta do
12 Conselho Federal de Economia (Cofecon), Denise Kassama, na reunião. A presidenta lembrou
13 ainda que o convite para a participação de Denise Kassama foi uma sugestão sugerida na reunião
14 plenária de junho, já que, sendo a conselheira coordenadora da Comissão de Educação do
15 Cofecon, ela poderia fazer uma abordagem sobre o crescimento e as consequências do ensino a
16 distância em cursos de economia. Para a presidenta Tania Cristina Teixeira, a ameaça de cursos de
17 economia com praticamente 100% de virtualização, contrariando a legislação, não pode ser aceita.
18 Com a palavra, a vice-presidenta do Cofecon fez uma explanação referente à sua própria
19 experiência profissional com o ensino de economia na modalidade EAD. Discorreu também sobre
20 as informações que lhe chegam de problemas e questionamentos com o uso disseminado da
21 formação virtual. A presidenta Tania Cristina Teixeira reforçou a ideia de maior intervenção do
22 Cofecon nesta discussão sobre currículo e virtualização nos cursos de economia.
23 Complementando a fala da presidenta, o conselheiro Antônio de Pádua Ubirajara e Silva registrou
24 a notícia de que, por outro lado, o Conselho Nacional de Educação publicou um documento
25 reclamando da participação dos Conselhos Profissionais, que estão tentando normatizar ações
26 inerentes ao Ministério da Educação. Em resposta, a vice-presidenta Denise Kassama argumentou
27 que, além deste ser um assunto relativamente novo, a conjuntura dificulta as mobilizações de
28 contestação. Para a conselheira do Cofecon, é indispensável um aprofundamento deste tema no
29 âmbito da Comissão de Educação do Conselho Federal, bem como de todo o sistema. Ainda em
30 sua opinião, a discussão é legítima, não havendo, portanto, nenhum impeditivo para manifestações
31 do Cofecon, inclusive porque uma das obrigações legais que regem as nossas entidades é a de
32 prezar pela boa formação do profissional. Denise Kassama disse ainda que essa discussão não está
33 na lista de assuntos pautados no âmbito da Comissão de Educação do Cofecon, mas está no radar
34 para que seja dada a ela a importância e o tratamento necessário. Com a palavra, o conselheiro
35 Lourival Batista de Oliveira Junior demonstrou receio pelo que chamou de “urberização” do
36 trabalho do professor, dado o excesso de exploração destes profissionais, informação
37 complementada pelo conselheiro João Vitor Leite Rodrigues. A conselheira federal concordou
38 com o conselheiro Lourival Batista de Oliveira Junior no que se refere à exploração do trabalho do
39 professor. Disse ainda que, por ser uma experiência totalmente nova, ela ainda não tem uma
40 avaliação precisa sobre os impactos da situação provocada pela virtualização das atividades
41 acadêmicas. Para o conselheiro Paulo Roberto Paixão Bretas, a situação no atual momento deve
42 ser vista como sendo de transição. Segundo o conselheiro, o sistema de aulas on-line veio para
43 ficar, cabendo ao Cofecon pensar no seu papel frente a essa realidade. Por fim, considerou como
44 factível a possibilidade do sistema Cofecon vir a ter um processo de certificação profissional, nos
45 moldes de outras categorias. A vice-presidenta do Cofecon defendeu uma ampliação desta
46 discussão, incorporando não somente os membros da Comissão de Educação que ela coordena,
47 mas também professores e a ANGE. Propôs a realização de uma reunião virtual com professores

48 para entender melhor tudo que está acontecendo. Para ela, é fundamental termos uma avaliação
 49 qualitativa e quantitativa mais aprofundada, analítica e global da situação. Além disso, está em
 50 jogo a qualidade do ensino. Para a vice-presidenta do Cofecon, encaminhar este assunto para uma
 51 abordagem no Ministério da Educação está dentre as possibilidades, abrindo uma discussão
 52 produtiva sobre o tema. Por fim, agradeceu por ter sido convidada a participar da reunião plenária,
 53 despedindo-se de todos.

54 **I – EXPEDIENTE:**

55 **1.1 – APROVAÇÃO DA ATA DA 6ª REUNIÃO PLENÁRIA DE 16/06/2020:**

56 Após leitura da ata, a mesma foi aprovada e será posteriormente assinada.

57 **1.2 – ESCOLHA DA COMISSÃO ELEITORAL DE 03 MEMBROS EFETIVOS E 01**
 58 **SUPLENTE E APROVAÇÃO DA RESOLUÇÃO Nº 140, DE 14 DE JULHO DE 2020, QUE**

59 **DISPÕE SOBRE AS ELEIÇÕES DE 2020:** A presidenta Tania Teixeira colocou em discussão
 60 a Resolução Nº 140, que dispõe sobre o processo eleitoral de 2020. Após apreciação, a Resolução
 61 foi aprovada e foi composta a comissão eleitoral, que ficou assim constituída: Cândido Luiz de
 62 Lima Fernandes (Presidente), Pamela Lorrany Sobrinho e Ario Maro de Andrade como membros

63 efetivos e Felipe Paschoal de Moura como membro suplente **1.3 – APROVAÇÃO DA**
 64 **RESOLUÇÃO Nº 139, DE 14 DE JULHO DE 2020, QUE DISPÕE SOBRE A ADESÃO AO**
 65 **RECREDE:** A presidenta lembrou a todos que os parâmetros estabelecidos na Resolução em
 66 questão foram amplamente discutidos nas duas últimas reuniões plenárias, cabendo a formalização
 67 do processo de aprovação da Resolução. Feitos esclarecimentos, a Resolução foi aprovada por
 68 unanimidade.

69 **II – ORDEM DO DIA:**

70 **2.1 – Devido às limitações impostas pelo advento do Covid-19, não haverá discussão dos pareceres e**
 71 **nem a distribuição de novos processos.**

72 **REGISTROS PROFISSIONAIS DE PESSOA FÍSICA E JURÍDICA:**

NOME	Nº REGISTRO	Nº PROCESSO
1- Econ. -GRAZIELLA FERNANDES DA SILVA AD REFERENDUM	8513	037/2020
2- Econ. DANIEL ARAUJO CABRAL AD REFERENDUM	8514	038/2020
3- Econ. RITA DE CASSIA BRITO SILVA AD REFERENDUM	8515	039/2020
4- Econ. MARCO AURELIO MONTEIRO DA SILVA AD REFERENDUM	8516	040/2020
5- Econ. DAYSE JANAINA FRANCA ANTONIO AD REFERENDUM	8517	041/2020
6- Econ. PEDRO JOSE DA SILVA COSTA AD REFERENDUM	8518	042/2020
7- Econ. ALINE DE ASSIS GUEDES PEREIRA – AD REFERENDUM	8519	043/2020
8- Econ. TARIK MARQUES DO PRADO TANURE –AD REFERENDUM	8520	044/2020
9- Econ. ROBERTO MAXIMIANO PEREIRA – AD REFERENDUM	8521	045/2020

73

74 **III – INFORMES GERAIS**

75 **3.1 – INFORMES DO COFECON:** Com a palavra, o conselheiro do Cofecon, Antônio da Pádua
76 Ubirajara e Silva, iniciou o seu relato fazendo referência a um Grupo de Trabalho que ele
77 coordena, responsável pela elaboração e apresentação de um relatório tratando do registro nos
78 Corecons de profissionais que tenham mestrado e doutorado, mas não a graduação em Ciências
79 Econômicas. Segundo o conselheiro, o diagnóstico a ser apresentado tende a aceitar a habilitação
80 destes profissionais com mestrado e doutorado, não dando a eles, contudo, o título de economista.
81 Neste caso, deverá ser oferecida uma carteira de mestre/doutor em economia. O conselheiro
82 Adriano Miglio propôs um posicionamento favorável a este encaminhamento por parte do
83 plenário. Após a discussão, ficou registrada a posição unânime do plenário, favorável à
84 incorporação, no Sistema Cofecon/Corecons, do registro de profissionais que tenham mestrado e
85 doutorado, mas não a graduação em Ciências Econômicas. Dando prosseguimento e a pedido da
86 presidenta, o gerente executivo Marco Aurélio Loureiro expôs um problema envolvendo a atuação
87 profissional dos internacionalistas, cujo ponto central está relacionado à definição das áreas de
88 atuação profissional atribuídas aos internacionalistas registrados nos Corecons. Segundo o
89 gerente, a Resolução normatizadora do Cofecon preservou, de forma explícita e certa, as
90 atividades consideradas privativas do economista. Todavia, não permitiu, erroneamente, que os
91 profissionais internacionalistas possam atuar em atividades inerentes às dos economistas. Apesar
92 das atividades consideradas inerentes serem compartilhadas com outras profissões, como as de
93 advogado, administrador, contador e outras, o profissional internacionalista, mesmo autorizado a
94 se registrar nos Corecons, ficou inexplicavelmente alijado de desenvolver essas atividades
95 consideradas inerentes. O conselheiro Antônio de Pádua Ubirajara e Silva considerou muito
96 pertinente a questão levantada e disse que irá encaminhar o assunto na próxima reunião plenária
97 do Cofecon, se possível. **3.2 – SEMANA DO ECONOMISTA:** Com a palavra, o conselheiro
98 João Vitor Leite Rodrigues fez referência a uma conversa tida com representantes do Corecon
99 Acadêmico-MG, que solicitaram a ele a apresentação da proposta de atividades a serem
100 desenvolvidas pela entidade ao longo do mês de agosto, atinente às comemorações do Dia do
101 Economista. Após apresentação da programação, o conselheiro João Vitor Leite Rodrigues
102 informou que a demanda do Corecon Acadêmico-MG para viabilizar as atividades propostas está
103 circunscrita na utilização do Zoom e na liberação de um recurso entre R\$600,00 (seiscentos reais)
104 e R\$700,00 (setecentos reais). Finalizando, o conselheiro sugeriu a inclusão de outras atividades
105 programadas pelo Corecon-MG para o mesmo período. Com a palavra, a presidenta Tania Cristina
106 Teixeira referendou a relevância do Corecon Acadêmico-MG no desenvolvimento de eventos em
107 comemoração ao Mês do Economista. Todavia, ressaltou a importância de sinergia entre o
108 Corecon Acadêmico-MG e o Corecon-MG, no que se refere às programações alusivas a tal data
109 comemorativa. Disse já ter conversado com o presidente do Corecon Acadêmico-MG sobre isso,
110 destacando para ele o interesse em desenvolver um trabalho sistêmico e integrado. Por fim, foi
111 sugerida a criação de uma comissão com a incumbência de estruturar uma programação de
112 eventos, naturalmente virtualizados, do Corecon-MG para o mês de agosto. O conselheiro João
113 Vitor Leite Rodrigues ficou responsável por articular os membros do Corecon Acadêmico-MG a
114 participarem de reuniões com a comissão do Corecon-MG. Em seguida, foi constituída a comissão
115 de trabalho do Corecon-MG, responsável pela elaboração da programação de eventos do mês de
116 agosto, formada pelos conselheiros João Vitor Leite Rodrigues, Felipe Paschoal de Moura,
117 Gustavo Aguiar, Paulo Roberto Paixão Bretas, Pamela Lorrany Sobrinho e pela presidenta Tania
118 Cristina Teixeira. A comissão será coordenada pelo vice-presidente Gustavo Aguiar. **3.3 –**
119 **INSTITUCIONALIZAÇÃO DO PRÊMIO CELSO FURTADO:** Com a palavra, o vice-
120 presidente Gustavo Aguiar apresentou a proposta do prêmio, que pretende mobilizar universitários
121 e professores com premiação das melhores resenhas, concernentes às comemorações dos 100 anos

122 de Celso Furtado. Para o vice-presidente, a promoção também possibilitará uma maior integração
123 do Corecon-MG com os universitários e com as faculdades de economia do estado. Na sequência,
124 os conselheiros Paulo Roberto Paixão Bretas e Antônio de Pádua Ubirajara e Silva ponderaram
125 com relação aos cuidados e até mesmo impedimento legal na utilização do nome Celso Furtado,
126 cujos direitos de uso e imagem pertencem ao Centro Celso Furtado. Com essa observação, o
127 lançamento do prêmio fica na dependência de uma autorização do referido Centro. Para o
128 conselheiro Felipe Paschoal de Moura, a oportunidade do concurso abre a possibilidade da não
129 premiação em recursos financeiros, mas de visitas guiadas ao próprio Centro Celso Furtado. Feitas
130 essas e outras considerações, ficou decidido que caberá à comissão responsável pela elaboração da
131 programação do Mês do Economista, apreciar a viabilidade de criação e realização do concurso de
132 resenhas proposto. **3.4 – DISTRIBUIÇÃO DOS PROCESSOS NA PRÓXIMA PLENÁRIA:** A
133 presidenta informou que, na próxima reunião plenária, os conselheiros poderão apresentar os seus
134 pareceres relativos aos processos a eles distribuídos. O conselheiro Lourival Batista de Oliveira
135 Junior informou que os processos com carga para ele estão no Corecon-MG, dificultando a
136 operacionalidade de seus pareceres. **3.5 – PRÊMIO MINAS DE ECONOMIA:** O conselheiro
137 Adriano Miglio fez um relato referente ao Prêmio Minas de Economia (PME). Explicou todo o
138 processo desenvolvido com o BDMG relativo à liberação de patrocínio para o custeamento
139 operacional e de premiação. Demonstrou satisfação com o desfecho deste processo. Todavia,
140 lamentou que a atual situação provocada pela pandemia, que obrigou a paralização das atividades
141 nas faculdades de economia, tenha obstaculizado o cumprimento do cronograma inicial. Este
142 inesperado acontecimento provocou uma mudança nos procedimentos funcionais, adaptando os
143 nossos recursos virtuais para superação de alguns obstáculos. Devido a isso, o conselheiro
144 explicou ainda que todo o cronograma de promoção, realização e premiação do Prêmio Minas de
145 Economia foi revisto e redefinido. Informou que a proposta é que o lançamento do Prêmio Minas
146 de Economia aconteça durante as festividades do mês de agosto, contando com a ativa
147 participação dos estudantes, cujo papel será preponderante na divulgação do mesmo. Com a
148 palavra, o conselheiro Antônio de Pádua Ubirajara e Silva informou sobre o adiamento de todas as
149 premiações promovidas pelo Cofecon para o segundo semestre de 2020, caso não haja um
150 agravamento da situação de pandemia. Em seguida, foi colocada em discussão a proposta de
151 modificação do calendário originalmente aprovado, que em seguida foi aprovado por
152 unanimidade. **3.6 – OUTROS ASSUNTOS: 3.6.1 – REALIZAÇÃO DE LIVE:** A presidenta
153 informou sobre a realização de uma *live* no dia 13 de agosto, com o economista Márcio
154 Pochmann. Disse que o tema deverá ser “Desenvolvimento Capitalista e Emprego”, e que os
155 contatos com o economista ficaram a cargo da conselheira Valquíria Aparecida Assis. **3.6.2 –**
156 **CONVÊNIO COM A FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO:** A presidenta Tania Cristina Teixeira
157 informou que o processo jurídico relativo à renovação do convênio com a Fundação João Pinheiro
158 está nas tratativas finais e que o mesmo deve ser assinado nos próximos dias. Foi esclarecido que
159 esta renovação se dará com os mesmos parâmetros e condições do convênio que se extingue nos
160 próximos dias. **3.6.2 – PAGAMENTO DE IMPOSTOS:** A presidenta relatou a situação dos
161 impostos devidos pelo Corecon-MG, apurados através das auditorias realizadas. Disse que o
162 pagamento será feito imediatamente após os procedimentos, que já estão em andamento, pelo
163 setor de contabilidade, resolvendo um passivo clarificado no ano retrasado. Esclareceu que este
164 pagamento irá impactar no saldo financeiro do ano corrente, mas além de cessar o acúmulo de
165 juros sob o saldo devedor, resolverá um problema muito grave. Dado o esvaziamento da reunião,
166 o vice-presidente solicitou à presidenta que repasse novamente estes informes na reunião plenária
167 de agosto. **ENCERRAMENTO:** Na sequência, a presidenta encerrou os trabalhos, dos quais eu,
168 Marco Aurélio Loureiro, lavei a presente Ata, que depois de lida e aprovada, vai assinada pela

169 senhora presidenta, pelos conselheiros, pelas conselheiras e por mim. Belo Horizonte, 14 de julho
170 de 2020.

Tania Cristina Teixeira
Presidenta

Gustavo Aguiar Pinto
Vice-Presidente

Lourival Batista de O. Júnior
Conselheiro

Paulo Roberto Paixão Bretas
Conselheiro

João Vitor Leite Rodrigues
Conselheiro

Adriano Miglio Porto
Conselheiro

Antônio de Pádua Ubirajara e Silva
Conselheiro

Marco Aurélio Loureiro
Gerente Executivo

Felipe Paschoal de Moura
Conselheiro

171